



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2018
(Do Sr. INDIO DA COSTA)

Altera a Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, para tornar obrigatório o número de lote, de série ou qualquer outro elemento individualizador do produto, tornando possível a identificação do mesmo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 48 da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“48.

.....

IX - o número de lote, número de série ou qualquer outro elemento individualizador do produto, a fim de que seja possível a identificação do mesmo.

..... (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias de sua publicação oficial.

JUSTIFICATIVA

O delito de roubo de carga cresceu de forma significativa nos últimos anos no Brasil, sendo agravado com a atual crise econômica.

Segundo o Joint Cargo Committee, o Brasil é o oitavo país em que é mais perigoso transportar carga. Se excluídas as nações atualmente em guerra, como Síria e Sudão

do Sul, o Brasil passa a ocupar o topo da lista, seguido de perto pelo México.

De 2011 a 2016, o número de roubos de carga registrados no Brasil subiu 86%, passando de 22 mil casos por ano no levantamento realizado pela Firjan. A soma não leva em conta os casos do Acre, Amapá, Paraná e de Roraima, cujos dados não foram obtidos pela pesquisa.

Em 2017, só o Estado do Rio registrou 10.599 casos de roubo de cargas, conforme os dados do Instituto de Segurança Pública (ISP), um aumento de 7,3% em comparação a 2016 (9.874 roubos). De acordo com o estudo “O impacto econômico do roubo de cargas no estado do Rio de Janeiro”, divulgado pelo Sistema Firjan, o prejuízo chegou a R\$ 607,1 milhões.

Esse delito possui um alto impacto econômico, no que diz respeito não apenas ao valor da carga roubada, mas a outros fatores geradores de custos para as empresas, como a elevação dos gastos com seguro e com sistemas de segurança particular. Tal fato pode levar até mesmo ao fechamento ou deslocamento geográfico de empresas, com consequências negativas para a economia e arrecadação tributária do Estado atingido.

Frisa-se que o roubo de cargas ainda serve como fonte de financiamento de outras atividades criminosas, como o tráfico de drogas.

Assim, novas medidas para o enfrentamento deste delito que assola o país tornam-se indispensáveis, destacando-se, dentre elas, o combate ao crime de receptação dos produtos roubados, que atualmente vem sendo feito de forma precária, por falta de meios legais mais efetivos.

Atualmente já existem alguns projetos de lei visando o aumento de pena da receptação ([PLS 479/2017](#), [PLS 321/2017](#), [PLC 125/2011](#)), sendo, porém, necessário o presente projeto referente à inclusão do(s) número(s) de lote(s) dos produtos nas Notas Fiscais de saída dos produtos.

O presente projeto visa além da repressão ao crime de receptação, o combate à sonegação e evasão fiscal, já que a fiscalização seria mais efetiva com a existência de tais dados nas notas fiscais dos produtos.

Observa-se que hoje em dia as NF apenas descrevem os produtos, quantidade e valor, o que facilita a mescla de produtos lícitos e ilícitos em qualquer empresa que possua uma NF do referido produto, sendo impossível a distinção dos produtos.

Além disso, caso alguém seja localizado com uma carga suspeita, a identificação

do produto como roubado para configurar a receptação torna-se extremamente dificultado pelas forças de segurança sem a consulta ao número do lote, impedindo a autuação em flagrante delito do possuidor dos produtos.

Segundo os dados fornecidos pela DRFC/RJ, em 2017 após o registro do roubo de uma carreta de bebidas energéticas em que o produtor incluiu em suas notas fiscais os lotes de seus produtos, após fiscalizações realizadas, 7 (sete) distribuidoras de bebidas foram autuadas em flagrante pelo crime de receptação qualificada.

Quanto aos remédios, já existe norma administrativa sobre o tema, devendo ser estendido, via lei, para todos os produtos.

Confiantes de que a proposição, tornando-se lei, contribuirá para o aperfeiçoamento da legislação penal, rogamos aos ilustres parlamentares que votem pela sua aprovação.

Sala das Sessões, de março de 2018.

Dep. INDIO DA COSTA
PSD/RJ